

ASSOCIATIVISMO RURAL: avanços e retrocessos no desenvolvimento socioespacial na Comunidade de Guamirim - Irati/ PR*

ASSOCIATIVISMO RURAL: avances y retrocesos e el desarrollo socioespacial em la Comunidad de Guamirim - Irati/ PR

Almir Nabozny

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - RS)
almirnabozny@yahoo.com.br

Danilo Rodrigues

Licenciado em Geografia
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO - Campus de Irati - PR)
danilorodrig@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo associativo e possíveis influências no desenvolvimento socioespacial no Distrito Rural de Guamirim, município de Irati – PR. Partindo do desígnio que essas organizações desempenham um papel importante para a viabilidade das pequenas propriedades rurais. Desta forma elegemos como escala de análise a Comunidade de Guamirim, a fim de evidenciar esse processo dentro de uma ótica da nova realidade da agricultura brasileira. Para tal, foram necessários levantamentos bibliográficos referentes ao tema, a fim de demonstrar o papel do associativismo como fomentador de desenvolvimento rural, juntamente com o trabalho de campo, coletando informações através de entrevistas com os agricultores associados e não associados, e seus respectivos representantes vinculados a associação comunitária daquela localidade. Onde evidenciamos que o processo associativo daquela comunidade encontra-se refreado, devido a inúmeros fatores, dentro os quais estão o fim de programas do Governo Estadual, a falta de apoio dos órgãos municipais, e a ação de empresas fumageiras no processo produtivo local.

Palavras-chave: Associativismo Rural. Agricultura Camponesa. Desenvolvimento Socioespacial. Comunidade de Guamirim.

Resumen

Este trabajo objetivó el análisis del proceso asociativo y sus posibles influencias en el desarrollo socioespacial en en el Distrito Rural de Guamirim, en el ayuntamiento de Irati, Estado del Paraná (Brasil). Considerando que las asociaciones rurales son fundamentales para viabilizar las das pequeñas propiedades rurales, elegimos como objeto de estudio la Comunidad de Guamirim, objetivando promover estudios para evidenciar su funcionalidad ante los diferenciados procesos inherentes a la realidad de la agricultura brasileña en la escala local. Por lo tanto, hicimos análisis bibliográficos

referentes a el tema, buscando comprender la función del asociativismo como fomentador del desarrollo rural. Mediante la realización de trabajos de campo, la coleta de informaciones a través de entrevistas con agricultores asociados e no asociados, e sus respectivos representantes vinculados a la Asociación comunitaria de esta localidad. Como resultados de estos estudios, evidenciamos que el proceso asociativo de la comunidad queda un tanto refreído, debido a inúmeros factores, entre los cuales destacamos: término de los programas de apoyo a los productores ofertados por el Gobierno Estadual, falta de apoyo de las instituciones públicas municipales, y también la acción de las empresas de producción de tabaco en el proceso productivo local.

Palavras-clave: Asociativismo Rural. Agricultura Campesina. Desarrollo Socioespacial. Comunidad de Guamirim.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem por objetivo discutir os percalços do associativismo rural e suas possíveis influências no desenvolvimento socioespacial no Distrito Rural de Guamirim, localizado no município de Irati – PR. O município em destaque está localizada oficialmente na região sudoeste do Estado Paraná, conforme as mesorregiões estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um dos principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento inicial da comunidade de Guamirim foi a chegada dos trilhos da estrada de ferro em 1936, fazendo a ligação entre os municípios de Irati e Guarapuava. Com a instalação da Estação Ferroviária Governador Manoel Ribas, cerca de 3 km da sede do distrito, os produtores rurais de Guamirim passaram a vender para um público mais vasto, principalmente a batata inglesa, configurando o maior centro produtor e distribuidor de batata inglesa no Paraná

Hoje a economia do Distrito está baseada principalmente nas pequenas propriedades rurais, onde se destacam as atividades ligadas a fumicultura, além de um pequeno percentual de propriedades ligadas as cadeias produtivas da soja e do milho.

Segundo dados do IBGE (2007) o município de Irati conta com uma população de aproximadamente 54.151 habitantes, sendo que 11.956 residem na zona rural, o que equivale a aproximadamente 22,08% da população total. Se compararmos aos dados do IBGE com referência ao ano de 2002 quando apontava 25% das pessoas vivendo na zona rural, percebe-se que ainda há um processo de êxodo rural no município de Irati,

diferentemente de diversas realidades socioespaciais brasileiras em que o êxodo rural esteve acentuado nas décadas de 1970 e 1980 no auge do Estado Desenvolvimentista e da industrialização da agricultura.

De forma apriorística buscamos a interpretação de algumas ações que pudessem contribuir com a viabilização do trabalho camponês na espacialidade em tela. E um dado que nos chamou a atenção, foi que a cidade contava com quarenta e cinco Associações Rurais, conforme cadastro da Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente, o que é um número bastante considerável para uma população agrária de cerca de doze mil habitantes. No entanto, nosso interesse pela temática acentuou-se quando na fase exploratória da pesquisa constatou que as associações estavam passando por um período de enfraquecimento e consequente desativação.

Assim, optamos por abordarmos os aspectos desse associativismo rural, a partir da comunidade de Guamirim, por se tratar de uma das associações mais antigas do município, a fim de evidenciar: quais foram suas ações desenvolvidas durante o tempo em que está em atividade? O que já promoveu? Quais são as expectativas dos agricultores associados com relação à associação? O que está sendo feito? O que poderia ser feito? Enfim, enfatizar possíveis contribuições para melhoria das condições socioespaciais locais, bem como retrocessos com um desaceleramento do processo de associativismo.

Para tal, foi necessário uma ampla coleta de dados, junto aos órgãos públicos, os quais em grande parte estão envolvidos com liberação e captação de recursos junto as associações, bem como, entrevistas com os agricultores¹ do Distrito do Guamirim (associados e não associados) e representantes da Prefeitura Municipal. Também foram empregados o uso de fontes secundárias como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde analisamos alguns dados estatísticos referentes a questão da distribuição de terra no município de Irati, e sua respectiva produção agrícola dentro de uma escala de pequeno, médio e grande agricultor. Também foram coletados dados da associação do Guamirim, desde sua fundação até os dias atuais, com o número total de sócios, e as atividades que estão sendo desenvolvidas pela comunidade.

Com relação a estrutura desse texto, primeiramente nossa abordagem perpassa pelo entendimento da representatividade da agricultura na escala do município de Irati e, posteriormente, enquadrados na análise as associações rurais do espaço agrário

iratiense. Afunilaremos nosso debate/investigativo caracterizando os contextos espaço-temporais de Guamirim e a inserção da Associação Rural nessa comunidade eminentemente agrário-camponesa. Finalizaremos evidenciando as interações internas (endógenas) e externas (exógenas) envolvendo os agentes associados e demais organizações sociais (instituições), das quais expomos os avanços e retrocessos. E sobremaneira, enquanto olhar interpretativo evidenciamos as contradições dialéticas.

Contextos da agricultura no município de Irati - PR

Segundo dados da Prefeitura Municipal, a riqueza econômica produzida em Irati está baseada principalmente nas seguintes estratificações, serviços (57,89% do total), indústria de transformação (26,18%) e agropecuária (15,93%). Cujos produtos (grãos, fumo e madeira) e produtores tornam-se fornecedores de matérias-primas, consumidores de insumos, máquinas e recursos, articulando tanto o setor de serviços quanto alimentando as cadeias agroindustriais.

Desconsiderando-se essa visão de setores da economia a qual constitui-se hodiernamente numa interpretação simplista do modo produtivo, uma vez que o capital se territorializa de maneira dispersa e complexa por meio de redes de investimentos, podemos considerar uma participação ainda mais efetiva da agricultura enquanto atividade produtiva, desconsiderando o serviço enquanto uma produção efetiva.

Façamos um exercício analítico associando a produção rural com as empresas de distribuição (da produção) e venda de insumos agrícolas, por exemplo, no mínimo temos uma múltipla valorização do capital que extrapola a visão setorial, constituindo-se efetivamente numa dinâmica territorial, de apropriação de espaço geográfico.

Sendo o município constituído na sua grande maioria por pequenas e médias propriedades rurais, onde desenvolvem-se atividades substancialmente agrícolas. Neste contexto a agricultura constitui um fator importante para desenvolvimento do município como um todo, pois a produção propicia a geração de emprego e renda no campo, gerando dinâmicas socioespaciais positivas. Assim, destacaremos alguns fatores importantes que contribuíram para a dinâmica da agricultura no município.

O primeiro ponto a se destacar refere-se as pequenas propriedades, onde são desenvolvidas atividades agrícolas voltadas à produção de alimentos e também a produção de tabaco. No caso em especial da fumicultura, presente em grande parte das pequenas propriedades rurais do município, torna-se uma das principais atividades produtivas dos pequenos agricultores, pois esta cultura não necessita de grandes áreas para seu plantio, exigindo mão-de-obra menos tecnicizada se compararmos com as demais culturas, bem como não demanda da implantação no território de próteses técnicas modernas, tais como a maquinaria. Possibilitando dessa feita uma apropriação do relevo quase que por completo, uma vez que é possível sem a exigência da maquinaria plantar tabaco em áreas íngremes, por exemplo.

Assim, a atividade fumicultora torna-se uma das únicas possibilidades dentro das condições atuais encontradas por estes agricultores, para a obtenção de renda nas suas propriedades. Vale ressaltar que existe um amplo processo de exploração efetivada pelas empresas fumageiras em relação aos agricultores e enormes malefícios trazido pela produção do tabaco para a saúde dos trabalhadores, principalmente na manipulação de agrotóxicos e defensivos agrícolas. Contudo, a fumicultura de certa forma contribui para o desenvolvimento econômico dentro dos processos denominados por Oliveira (1990) de monopolização do território efetivados pelas empresas capitalistas. Ao garantir uma renda ao homem do campo, a atividade fumageira contribui para atenuar o êxodo rural.

Porém, atrelados aos malefícios das atividades relacionadas com o tabaco, salientamos que os processos são gestados pelas empresas exógenas ao território. Dessa forma grande parte da riqueza gerada com a produção, não se territorializa na localidade, ficando os camponeses e seus territórios monopolizados e suscetíveis as várias ações e intencionalidades dos agentes externos.

Ademais, o desenvolvimento econômico propiciado por essa atividade é desvinculado da dimensão espacial, de modo que não se estabelece um aprimoramento das condições gerais do viver da comunidade, como argumentado por Souza (1996, 1997), ao referendar que o desenvolvimento socioespacial se viabilizaria dentro das particularidades da coletividade e suas implicações escalares, onde os membros da coletividade possam fazer suas escolhas sem nenhuma forma de constrangimento externo.

Uma vez que a escolha pela atividade fumicultora atualmente está imbricada ao

processo da concentração fundiária que se constituiu na região, onde impôs severas restrições sobre estes grupos que acabaram sendo pressionados por uma forma de produção cada vez mais excludente. Outro ponto importante a se destacar é a ação das empresas fumageiras no processo produtivo, onde essas exercem um papel que o próprio Estado não desempenha, ao dar garantias à produção e comercialização dos produtos. Logo, dada as condições e relações estabelecidas com os pequenos produtores rurais, as fumageiras são agentes socioespaciais poderosos.

Em outro viés estão as pequenas propriedades camponesas voltadas para a produção de alimentos (feijão, milho, batata inglesa, etc.), onde desempenha uma função importante não só na economia do município, como na sociedade em um todo, pois fica nítido que a produção de alimentos para o consumo está calcada nos pequenos produtores, contrapondo-se as monoculturas da soja, ou como também denominadas de *commodities*, que tem como principal finalidade à produção voltada para exportação. Estas pequenas propriedades como já citado anteriormente constituem fatores importantes no cenário do desenvolvimento socioespacial, pois estão representadas pelo trabalho familiar camponês, onde se tem uma ampla concentração (absorção/emprego) de mão-de-obra.

De outro lado estão as propriedades que sofreram grandes transformações no sistema produtivo, determinado pela modernização/industrialização tecnológica da agricultura (capitalização) nas décadas de 1970/1980. Essas transformaram-se em atividades agrícolas voltadas as agroindústrias e também para o mercado externo. Assim, muitas culturas como a batata, feijão e outras, foram perdendo espaço para as monoculturas de soja e milho produzido em grande escala. A agricultura comercial teve sua expansão acelerada devido principalmente alguns fatores como a modernização dos implementos e insumos agrícolas e seguidos de novas técnicas de produção, como o plantio direto, atendendo a demanda de uma rede de empresas agroindustriais implantadas na região, entre as quais, Bunge, Cargill, ADM, enfim.

Dessa forma, destacamos que as questões/opções de produção dos agricultores iratienses estão profundamente arraigadas a distribuição da terra. Na tabela 01 podemos observar uma mostra da distribuição e do acesso à terra do município de Irati, segundo dados do IBGE do Censo Agropecuário de 2006, onde estão definidas entre terras próprias, terras arrendadas, terras em parceria, terras ocupadas (posses) e assentamento fundiário.

Tabela 01 – Irati: Número de Estabelecimentos Agropecuários segundo a Condição do Produtor em 2006.

| Condição de acesso a terra (número de estabelecimentos, área e área média em hectares) | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------|-------|--------------|-------|----------|-------|----------|-------|------------|-------|----------|------|
| | Proprietário | | Arrendatário | | Parceiro | | Ocupante | | Assentados | | Total | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| A | 2.323 | 68,85 | 532 | 15,77 | 43 | 1,27% | 443 | 13,13 | 33 | 0,98% | 3.374 | 100% |
| | | % | | % | | | | % | | | | |
| B | 55.633 | 78,32 | 9.692 | 13,64 | 475 | 0,67% | 5.176 | 7,29% | 59 | 0,08% | 71.035 | 100% |
| | | % | | % | | | | | | | | |
| C | 23,94 ha | | 18,1ha | | 11,4 ha | | 11,68 ha | | 1,78 ha | | 21,05 ha | |

Fonte: IBGE - Censos Agropecuário 2006. Disponível no site *IBGE Cidades@*.

Legenda: **A** – Estabelecimentos. **B** – Área. **C** – Área Média.

Como podemos observar na tabela 01, o município de Irati conta com um grande contingente de pequenos estabelecimentos agropecuários, pois são 3.374 produtores ocupando 71.035 hectares, com área média entorno de 21,05 hectares.

Deste total, há 2.323 proprietários (68,85% dos estabelecimentos), ocupando 55.633 hectares, ou seja, 78,32% do estoque de terras, com área média de 23,94 hectares, portanto, acima da média local que é de 21,05 hectares.

Cedidas em arrendamento, há 532 estabelecimentos (15,77%) ocupando 9.692 hectares (13,64% das terras) com área média de 18,1 hectares. Cedidas em parceria são 43 estabelecimentos (1,27% do total) ocupando 475 hectares (0,67% das terras) e área média de 11,4 hectares.

Já as terras públicas ocupadas contaram com 443 ocupantes (13,13% dos estabelecimentos), com área total de 5,176 hectares (7,29% do total da terras) e área média de 11,68 hectares. E por fim, os assentados da reforma agrária eram um contingente de 33 estabelecimentos (0,98% do total) em uma área de 59 hectares (0,08 das terras) e área média de 1,78 hectares, o que nos remete a pensar tanto a questão de políticas específicas para a regulamentação fundiária das terras ocupadas, quanto a questão minifundiária dos assentamentos rurais.

Ainda no tocante à análise dos dados da tabela de distribuição e do acesso à terra, um fator que merece destaque são as relações socioproductivas, tendo em vista que muitas extrapolam efetivamente a propriedade da terra, sendo que a parceria, o arrendamento, entre

outros, que demonstram formas de resistência do campesinato no espaço agrário. Aliás, como veremos na tabela 02, parte dos arrendatários e parceiros existem visando o cultivo de alguns produtos agrícolas, entre os quais o fumo, a batata, o feijão, enfim, lavouras diversas.

Tabela 02 – Irati: Dinâmica Produtiva das Lavouras Temporária e Permanente : Safra 2005/2006.

| Lavouras Temporárias | | | | | |
|-----------------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------------|-------------------------|
| Produto | Área Total | Área Perdida | Área Colhida | Rendimento Kg / ha | Produção Final (ton) |
| Milho (safra) | 19.500 | 135 | 19.365 | 4.650 | 90.047 |
| Feijão Preto (águas) | 18.200 | 950 | 17.250 | 1.400 | 24.150 |
| Soja | 6.800 | 25 | 6.775 | 2.430 | 16.463 |
| Feijão (seca) | 4.800 | 65 | 4.735 | 1.235 | 5.848 |
| Fumo | 3.320 | 78 | 3.242 | 1.950 | 6.322 |
| Milho (safrinha) | 2.500 | 50 | 2.450 | 3.500 | 8.575 |
| Feijão de Cor (águas) | 1.300 | 60 | 1.240 | 1.475 | 1.829 |
| Arroz (sequeiro) | 800 | 55 | 745 | 1.600 | 1.192 |
| Trigo | 600 | 80 | 520 | 1.980 | 1.030 |
| Cebola | 550 | - | 550 | 19.390 | 10.665 |
| Aveia Preta | 350 | 50 | 300 | 790 | 237 |
| Cevada | 250 | 30 | 220 | 2.550 | 561 |
| Triticale | 250 | 60 | 190 | 1.780 | 338 |
| Batata Lisa (seca) | 95 | - | 95 | 19.500 | 1.850 |
| Batata Lisa (águas) | 80 | - | 80 | 24.800 | 1.984 |
| Mandioca (indústria) | 75 | - | 60 | 18.000 | 1.080 |
| Mandioca (consumo) | 50 | - | 38 | 18.000 | 684 |
| Batata Comum (águas) | 30 | - | 30 | 7.400 | 222 |
| Aveia Branca | 25 | 8 | 17 | 1.750 | 30 |
| Batata Comum (seca) | 15 | - | 15 | 12.000 | 180 |
| Lavoura Permanente | | | | | |
| Produto | Área Total | Área Perdida | Área Colhida | Rendimento Kg / ha | Produção Final (ton) |
| Erva-mate | 388 | - | 388 | 2.500 | 970 |
| Pêssego | 22 | - | 22 | 18.000 | 396 |
| Uva | 11 | - | 11 | 8.000 | 88 |
| Pêra | 2 | - | 2 | 1.000 | 2 |

Fonte: PARANÁ - DERAL – Departamento de Economia Rural, 2006. Extraído do site da SEAB.

Na tabela 02, exceto a produção de fumo, da qual já traçamos algumas observações anteriormente, queremos destacar o fato que grande parte das culturas temporárias produzidas nas pequenas propriedades de Irati, configuram alimentos de consumo cotidiano (feijão, arroz, cebola, mandioca, frutas), demonstrando a importante contribuição da agricultura camponesa com relação a chamada segurança alimentar.

Observemos ainda com peculiar atenção a produção de uvas e erva-mate, as quais possuem potencialidade a agregação de valor, por meio do beneficiamento local da erva, por exemplo, ou ainda na fabricação de vinhos, geleias, sucos, vinagres, entre outros, sub-produtos relacionados a uva.

Ressaltamos o Estado, como um agente necessário na inserção desses produtores no processo, buscando uma dinamização da produção camponesa e melhoria de suas condições socioespaciais, na formação técnica (fabricação de vinhos, por exemplo), na fomentação da produção de alimentos (seguridade alimentar), na organização de feiras de produtores (organização da venda etc) ou mesmo na criação de mercados institucionais, como a compra da produção para merenda escolar, por exemplo. Assim, é salutar a futura disponibilização do Curso Técnico em Agroecologia que será ofertado, por exemplo, em Irati quando da inauguração da *Unidade Avançada* do Instituto Federal do Paraná.

Porém, tendo em vista as dinâmicas de modernização da agricultura e a estruturação local/regional das cadeias agroindustriais, o agronegócio tem se estruturado cada vez mais em Irati, constitui-se também em um fator importante para a geração de renda, porém essa nova lógica de agricultura capitalista faz com que se tenham mudanças significativas na estrutura fundiária local e nos fatores que envolvem o meio ambiente.

O crescimento da produtividade contrapõe-se aos problemas sociais que permeiam a agricultura camponesa. Se por um lado nós temos altos índices de crescimento da produção agrícola, por outro observamos muitos trabalhadores rurais deixando suas propriedades, por não terem as mínimas condições de infra-estrutura técnica (máquinas, equipamentos, implementos), informativa (assistência técnica) e recursos financeiros (créditos subsidiados, fomento agroindustrial) para “entrar” nas atividades do agronegócio, basicamente produção de soja, trigo, triticale, aveia, milho, centeio, batata.

Assim, o avanço do agronegócio acaba pressionando a propriedade camponesa, fazendo com que o camponês venda ou arrende suas terras para os grandes proprietários e busquem outras alternativas de sobrevivência, e muitas vezes acabam migrando para as cidades. Um exemplo típico desta questão refere-se à pressão exercida pelo agronegócio nas comunidades tradicionais faxinalenses² da região. Esses camponeses desde sua origem tiveram como *filosofia de vida* a produção agropecuária, aliadas a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais, juntamente com o uso coletivo do território. Porém, nos últimos anos com o advento da “modernização da agricultura” e o avanço das monoculturas (soja, pinus, etc), essas áreas foram perdendo seus espaços, inviabilizando em muitos casos seu modo de vida.

Destarte, a agricultura camponesa vem se tornando cada vez mais marginalizada, a falta de políticas públicas acaba por agravar esta situação. O que se tem hoje referente a incentivos ao pequeno agricultor está calcado no modelo capitalista da agricultura, que na verdade não passa de uma transposição de recursos para as empresas que monopolizam a produção de insumos e fertilizante e as que comercializam a produção agrícola. Pois, a concepção de agricultura camponesa é muito contestada. Na arena do Estado, as políticas de desenvolvimento socioespacial rural são criadas em conformidade com a chamada agricultura familiar em detrimento da camponesa³.

Desde o início do trabalho estamos nos posicionando em relação agricultura camponesa. Não sendo objetivo desse trabalho trilhar um debate teórico entre agricultura camponesa e agricultura familiar. Nossa posição é teórica e ideológica, num cenário de produção total – de culturas, ideias, relações ambientais harmoniosas, etc.

Mesmo o conceito de agricultura familiar tem gerado várias discussões entre inúmeros pesquisadores do meio científico. Alguns discorrem sobre a pluralidade do meio rural, enquanto para outros esse modelo coloca-se principalmente no sistema produtivo local, baseado na utilização de mão-de-obra familiar. Porém, ao conceito de agricultura familiar está associada principalmente à interação entre diversos fatores como político social e cultural e, os planos de desenvolvimento governamental que atribuem (pela representação da razão) tais características a esses grupos.

Por outro lado no debate da agricultura camponesa o argumento desloca-se do mercado para valorização das próprias relações produtivas específicas enquanto

patrimônios culturais para a humanidade. Destacando-se a escala geográfica de análise e de inserção/comercialização dos produtos oriundos dessas dinâmicas como elementos fundamentais, ora para a compreensão, ora para proposição de políticas de desenvolvimento atentas para as escalas econômicas/produativas locais

Associativismo rural no município de Irati

O associativismo tem suas origens na segunda metade século XIX, onde se constitui um modelo de produção social alternativo, influenciado pelas ideias liberais da época. Dessa forma suas raízes históricas estão fundamentadas em interesses comuns, e na união de seus associados em um ou mais objetivos. Para Lisboa (2001, *Apud* HESPANHOL, 2005. s/p)

A ação coletiva ou a organização coletiva não deve ser entendida como um fenômeno natural, mas como uma construção social, na qual seus atores (produtores, trabalhadores e/ou moradores rurais) estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais, as quais são permeadas pela cooperação, pelos conflitos e pelas contradições.

Para Leonello e Cosac (2006), práticas como essa vem se perpetuando, ao longo de muitas décadas, mas foi a partir dos anos 1990 que a discussão tornou-se mais incisiva, fomentando-se nessa fase, conceitos como o desenvolvimento local/territorial e social, dentro de uma ótica realista, capaz de introduzir novas concepções do modelo de sustentabilidade, ou mesmo de desenvolvimento, sobretudo, contrapondo-se as discussões desenvolvimentistas elaboradas no rol dos anos de 1960, de caráter eminentemente economicista. Nesse sentido, Leonello e Cosac evidencia que

o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento (LEONELLO e COSAC, 2006. p.01).

Neste contexto, as ações de desenvolvimento socioespacial local estão dimensionadas aos fatores sociais, culturais e políticos, não se restringindo unicamente pelo sistema de mercado, pois como salienta Leonello e Cosac (2006. p.08) “é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”.

Destacamos nesse viés que a organização comunitária entorno da projeção de ações coletivas não significam a anulação das individualidades e suas concepções de mundo, muito menos dos valores sociais, mas sim estabelecer princípios de identificação coletiva, enquanto reconhecimento de um valor de grupo na operação de processos emancipatórios.

Neste contexto Leonello e Cosac (2006. p.05) também destaca que, “o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local.” Desta forma as associações comunitárias podem ser determinadas como uma tática de ação para transformar em força as aspirações individuais, por meio de um coletivo.

Segundo dados históricos extraídos do livro “Irati” escrito por Orreda (1972 p.73), o associativismo rural do município surgiu a partir de um movimento liderado por Santos Bagios e outros colaboradores com a finalidade de congregar lavradores e pecuaristas para fortalecimento do espírito associativo entre a classe rural, visando a defesa de seus direitos, interesses e realizações de suas aspirações, bem como o progresso e aprimoramento da agricultura e pecuária.

O primeiro movimento associativo de Irati foi desenvolvido pelos colonizadores alemães em 1931, com a fundação da Sociedade Cooperativa Teutônica, entidade responsável pelo início do comércio da batata inglesa para conseqüente venda em São Paulo (Capital). Seguindo o exemplo da Teutônica, foram fundadas diversas associações/cooperativas, entre as quais a Consumo Fraternidade, Cooperativa de Produtores de Mate Florestal e Cooperativa Agrícola Mixta de Irati Limitada.

Já nos dias atuais, com informações levantadas em entrevistas com os representantes da Prefeitura Municipal, os quais denominaremos nesse trabalho como “Entrevistado A” e “Entrevistado B”, o Município conta hoje com aproximadamente 45 Associações Rurais e uma cooperativa, criadas principalmente nos anos de 1980, mediante incentivos dados pelo Estado do Paraná, inseridos em Programas de Governo voltados ao desenvolvimento rural, sendo que para acessar os recursos públicos, deveriam os agricultores criarem associações de agricultores, legalizadas via registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Para o Estado esta exigência resultava na organização de uma estrutura formal, que representava maior transparência na gestão dos recursos, tendo como dever a prestação de contas junto aos órgãos públicos e a população, através de seus representantes que eram eleitos pelos seus sócios. Outro ponto importante levantado neste trabalho foi que essas organizações agilizavam o processo de financiamento e projetos voltados para a agricultura junto aos órgãos públicos, beneficiando assim os agricultores associados, levando ao conhecimento do poder público as demandas locais.

Porém, fazendo uma breve análise dos dados coletados nas entrevistas com os representantes das instituições públicas, que estão diretamente ligadas as associações rurais, constatamos que elas estão passando por um período crítico e muitas estão interrompendo as suas atividades. Esses problemas decorrem, dentre outros fatores, da falta de políticas públicas que intervenham no processo de forma mais direta, como a educação voltada para o associativismo, mostrando a importância dessas organizações dentro de um contexto mais amplo e gradual de desenvolvimento, tendo em vista que os agricultores estão limitados a participar em associações rurais motivados tão somente a partir de interesses próprios, com perspectiva imediatista, muitas vezes estimulados por programas governamentais com um cunho muito mais político/assistencialista com tempo regulado pela duração de um mandato (política de governo, o que difere de política de Estado), do que interesses em promover o desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Para melhor entender esse processo faremos agora uma exposição das entrevistas entre os representantes dos órgãos públicos. Assim o “Entrevistado A” destacou que “no passado às associações foram criadas muito em função da necessidade do momento” (...) “surgiu muito disso, da forma do governo distribuir seus benefícios e não da necessidade”. Para o “Entrevistado B”, que assume uma postura mais crítica, “A associação saiu só para pegar coisa do Governo, eles acham que não tem benefícios, eles não conseguem enxergar os benefícios na frente”.

Estes e outros trechos das entrevistas revelam o entendimento dos entrevistados quanto ao retrocesso do associativismo em Irati, decorrente principalmente do corte dos recursos do Estado, o qual provocou o desinteresse dos mesmos em torno das associações. Para eles, por mais que se tentasse criar um grupo organizado, as condições

principalmente culturais interferiam no processo, como por exemplo, as características culturais dos ucranianos e poloneses⁴ que dificultam a integração entre os grupos, havendo assim um conflito de ideias e interesses particulares, fato esse constatado, segundo os entrevistados, pelo grande número de associações rurais criadas dentro dos municípios, cada qual defendendo um interesse comunitário. Partindo do pré-suposto que na medida em que haja conflito de ideias e interesse dentro de um determinado grupo, um novo grupo foi criado, o que pulverizou as iniciativas, conjugando uma quantidade enorme (45) de pequenas associações, e de forma alguma, médias e grandes entidades.

Associação comunitária do Guamirim: interações endógenas e exógenas

A partir da concepção que a parte é reveladora do todo, daqui em diante realizaremos uma série de considerações sobre o recorte espacial da pesquisa, tecendo considerações sobre a realidade inerente à Associação Comunitária do Guamirim, onde ocorreu o trabalho de campo, com o levantamento de dados.

Inaugurada em outubro de 1986, contando com aproximadamente 23 sócios, o objetivo da entidade era arrecadar fundos e apoiar a agricultura camponesa visando seu desenvolvimento econômico e social. No início contava apenas com um trator de esteiras empregado no trabalho de destoca das terras dos agricultores da comunidade, equipamento pago com recursos subsidiados oriundos do Banco do Brasil.

Com o passar dos anos, a Associação obteve recursos junto ao Governo Federal para a aquisição de equipamentos para a fabricação de acolchoados de lã de carneiro. Segundo o atual Presidente da Associação, a fabricação de acolchoados foi idealizada pelas mulheres dos associados da comunidade, cuja ação de desenvolvimento de um artesanato rural contribuiu na renda das famílias, mediante a venda da produção para diversos distribuidores situados no Estado de São Paulo.

A dinamicidade no processo de produção era o aproveitamento da matéria prima (lã de carneiro) produzida na comunidade, o que de certa forma ajudou os criadores da própria região no aproveitamento do subproduto. Mas, segundo o presidente, com o passar dos anos, devido principalmente a má administração, a atividade entrou em decadência, e os equipamentos utilizados na confecção de acolchoados foram abandonados.

Atualmente (em 2009), um grupo de mulheres tenta retomar a produção comercial em escalas maiores, porém esbarram em alguns empecilhos que dificultam a reorganização da atividade, entre as quais a falta de incentivo dos órgãos responsáveis pelos financiamentos e a obtenção da matéria prima, dificultada pela baixa quantidade de carneiros criadas na região. O que se tem hoje referente à fabricação de acolchoados, se restringe ao uso próprio das famílias, com algumas vendas esporádicas dentro da comunidade.

Outro trabalho também desenvolvido atualmente pelas mulheres da Associação é a fabricação de coroas, que são utilizados nos funerais. Essa atividade tem sua produção acentuada principalmente em época de finados, o que vai contribuir para a obtenção de renda extra das famílias.

A Associação também contribuiu para aquisição de recursos do Governo Estadual, como no caso do programa do calcário nos anos de 1990, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná. Muitos agricultores foram beneficiados, pois conseguiram corrigir a acidez de suas terras recebendo calcário gratuito do Governo, arcando somente com o custo do frete.

Relata em entrevista um dos agricultores, que se não fosse a participação da Associação no programa, ele nunca conseguiria melhorar a qualidade de suas terras. Conta ele que teve um ganho considerável na produtividade, com a correção de suas áreas. Outros programas como, Paraná Doze Meses⁵, Panela Cheia⁶ e do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), entre outros, tiveram a participação direta da Associação na garantia do direito dos produtores acessarem tais programas.

Uma das maiores contribuições realizadas pela associação em termos gerais foi à utilização de seu espaço para a instalação de uma instituição não governamental para a formação de jovens rurais. O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) foi inaugurado em 2004, o qual permaneceu três anos na localidade do Guamirim, contando com a participação de jovens de várias cidades do território Centro Sul do Paraná⁷.

O CEDEJOR tem como foco a juventude rural, com um intuito de promover um ambiente rural favorável a manutenção do jovem no campo e inseri-lo nos processos de articulação do território, de participar das decisões voltadas as suas demandas dentro do meio rural.

Segundo os associados, a estrutura, tanto a do prédio como das instalações internas, ainda estão em perfeitas condições devido ao fato da parceria que foi estabelecida com o CEDEJOR, o qual investiu na infraestrutura interna e externa. Hoje a Associação possui, segundo os moradores, uma cozinha bem equipada, porém seu uso está limitado a alguns pequenos eventos que ocorrem na comunidade. Lamentam eles, que essa parceria não teve prosseguimento devido à falta de apoio da Prefeitura Municipal de Irati com a instituição, o que provocou a saída dessa ONG da comunidade do Guamirim, indo se instalar na cidade de Guamiranga - PR.

Em nosso trabalho de entrevistas exploratórias e abertas constatamos, junto aos seus sócios e aqueles produtores que não possuem uma ligação direta com a Associação, uma profunda indignação em relação a sua ineficiência, principalmente no que se refere ao apoio institucional dos agricultores associados. Um deles nos descreve que um dos principais fatores para a decadência das atividades está ligado a má gestão da Associação nos mandatos dos últimos presidentes, pois não houve um empenho para a arrecadação de recursos que contribuiriam nas melhorias do processo produtivo dos agricultores.

Outro entrevistado aponta a pouca participação dos associados nas discussões como sendo empecilho fundamental para o processo associativo, pois dificulta a tomada de decisões referentes ao grupo. Um ponto importante a se destacar, em análises das informações que foram colhidas junto aos entrevistados e em conversas informais com a população local, diz respeito aos interesses políticos que permeavam a associação durante os períodos eleitorais, sendo que muitas decisões tinham como caráter voltado a benefícios próprios e não da coletividade.

O atual presidente da Associação nos conta o esforço realizado para reorganizar o processo associativo e as resistências, pois esbarra na pouca participação de seus sócios nas reuniões e na total desorganização dos agricultores, devido principalmente, aos poucos utensílios e equipamentos que a associação dispõe para seus associados. Argumenta ele que os agricultores participam das reuniões somente quando se tem a possibilidade de abocanhar recursos oriundos do Estado, através de projetos voltados a agricultura. Logo, só participam quando têm algo a receber.

Atualmente, apesar de estar em declínio, com atividades “travadas”, e a cada dia com menor número de sócios efetivos, a Associação de Guamirim é a responsável pela

condução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸, desenvolvido pelo Governo Federal com recursos econômicos oriundos do Programa Fome Zero, que adquire alimentos dos agricultores, remunerando com valores mais justos que os praticados pelos agentes do mercado, para serem repassados as escolas estaduais e municipais, garantindo assim o abastecimento das entidades com alimentos produzidos no lugar social onde vivem os agricultores, interferindo diretamente na geração de renda no campo, sobretudo com a produção de alimentos *in natura* e menos alimentos *commodities*.

A principal exigência do PAA é a formação de um grupo de produtores vinculados ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para acessar o projeto. Assim, há doze produtores que se uniram à Associação e a utilizam para esse fim. Dessa forma, seis agricultores do grupo já estão comercializando seus produtos e assim se beneficiam diretamente da Associação.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desenvolvido pelo Governo Federal tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade com regularidade necessária as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, (BRASIL– Ministério do Desenvolvimento Social - MDS)

Porém, para se ter acesso ao referido programa é necessário uma união entre agricultores ligados a uma associação cadastrada junto ao CNPJ e para que o processo associativo tenha êxito, necessita-se de assistência técnica de vários órgãos governamentais. No caso das associações rurais do Município de Irati, quem realiza esse trabalho é a Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SEPT), que busca desenvolver ações que gerem emprego e renda, fomentando a criação de associações que propiciam o desenvolvimento local de cada comunidade, qualificando os trabalhadores, encurtando as barreiras entre empresários e trabalhadores, visando sobre tudo à inclusão social com geração de renda em todos os setores da sociedade (SEPT, 2009). Esta entidade tem o papel de assessorar estas associações, ministrando palestra com diferentes temas, como ações coletivas, trabalhos e participação em grupos, ética pessoal, ações de superação dentre outros que colaboram para o bom andamento dos projetos.

Diante dos fatos mencionados até o presente, sobre as dificuldades no processo associativismo na comunidade do Guamirim, notou-se um empenho muito grande por

parte da atual diretoria em se retomar o processo associativista na comunidade. Mas esbarram em dificuldades financeiras e na falta de auxílio principalmente da Prefeitura Municipal que não dá apoio a essa organização. Segundo o presidente, há mais de três anos está em andamento um projeto para a aquisição de patrulha rural composta de trator, colheitadeira e plantadeira com recursos vinculados ao Banco do Brasil, e até o presente não se obteve nenhuma resposta sobre a liberação de financiamento. Segundo os agricultores, esses equipamentos seriam de fundamental importância para a produção local, pois muitos ainda pagam a terceiros para a realização dos trabalhos mecanizados e outros ainda dependem da utilização de tração animal.

Atualmente a associação conta 36 sócios, porém não é cobrada nenhuma mensalidade dos mesmos, pelo fato de não haver atividades permanentes sendo desenvolvidas com toda a coletividade. Assim, a Associação passa por dificuldades financeiras, sendo que parte de seu espaço esta sendo alugado a uma empresa de corte florestal, onde estão alojados os seus funcionários. Essa foi uma medida tomada visando cobrir gastos com energia elétrica e a manutenção do prédio. Em relação ao trator de esteira, que foi o primeiro equipamento adquirido pela associação em 1986, que contribuiu para aumentar a área agrícola da localidade, esse acabou sumindo de forma ignorada e, segundo relatos, o motorista que ficou encarregado de cuidar do trator utilizava-o em benefício próprio e alegou, anos atrás, que o mesmo tinha pegado fogo.

No que tange a participação da Prefeitura Municipal de Irati, através da Secretaria de Agricultura, que é setor responsável por dar apoio às associações rurais do município, essa está muito aquém do esperado. As reclamações são inúmeras, transcorre desde a infra-estrutura até a falta de técnicos qualificados para atender a população rural. O “Entrevistado A”, argumenta que: “a nossa situação aqui é de não podermos ajudar muito, não temos aquela estrutura para ajudar, então acaba tendo pouco reflexo”, assim “o que teve até agora”, segundo ele, “não passa de políticas sem resultados, e o que foi investido não teve grandes retornos”, salienta.

Já os agricultores da localidade do Guamirim reiteraram que as ações desenvolvidas em favor da associação se detiveram a um período onde houve a realização do transporte do calcário pelos caminhões da Prefeitura. Para o “Entrevistado B”, não há necessidade de a prefeitura estar agonizando essas associações, porque os

incentivos dados pelo Governo Federal já são suficientes para ajudar os agricultores, assim ele destaca: “eu acho que tem muito incentivo, se for pequeno produtor mesmo, e se ele for pagar em dia ele tem até rebate, se ele pegar dois mil ele paga mil e oitocentos, seria um subsídio muito bom”. Contudo, reiteramos que tais políticas não são suficientes para trazer melhorias aos agricultores, pois muitos ficam reféns de um sistema de dependência, acabando muitas vezes por não conseguir pagar os seus financiamentos, acumulando dívidas, e como consequência futura, a perda da propriedade para o pagamento das dívidas.

Considerações finais

Destacamos nesse trabalho a relevância da agricultura no município de Irati-PR, sobretudo a importância da mesma nas pequenas unidades camponesas no âmbito do desenvolvimento socioespacial local e da produção de alimentos.

Reiteramos o associativismo uma forma viável de se propor alternativas para as propriedades rurais, pois nota-se uma grande dificuldade de inserção dos pequenos agricultores no atual contexto de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Destacamos o entendimento de que é através de grupos organizados dentro das comunidades que se pode propor, discutir e reivindicar ações voltadas ao poder público, em um contexto sociocultural, político e econômico, agregado a novos métodos de produção, melhorando a qualidade dos agricultores e de suas famílias.

Abordando os problemas das associações comunitárias rurais em Irati, os entrevistados apontam que a principal dificuldade encontrada é na participação das pessoas nas reuniões e nos processos decisórios. Segundo o “Entrevistado A”, por mais que você tente incentivar as pessoas a irem às reuniões, elas não vão, porque não estão interessadas em assumir um compromisso”. Além do mais, parte-se do princípio que o associativismo tem que surgir a partir dos interesses das próprias comunidades, para a identificação e solução dos problemas, e não da ação pontual do Estado, com escala determinada pelo tempo/duração. Destacamos também que as interações externas serão sempre pontuais, mas não serão capazes de gerar uma ação coletiva no território se isso não vier dos próprios agentes locais.

Mas em um contexto mais amplo em relação à agricultura camponesa, aquela cujo seus princípios básicos são delineados pela mão-de-obra familiar, vemos nos últimos anos algumas tentativas de reinserção desses trabalhadores dentro das suas unidades produtivas, através de programas já salientados, como o PAA. Em se tratando das comunidades locais do município de Irati, esse veio principalmente com o intuito de dar alternativa à produção das lavouras de fumo nas pequenas propriedades, além de garantir a soberania alimentar, via ampliação da produção dos alimentos destinados ao consumo diário das crianças que estão inseridas no meio escolar do município.

Em relação à comunidade do Guamirim, podemos constatar que o associativismo entre os agricultores, teve seu auge nos anos de 1990, caracterizado pela ação do Estado, através de políticas voltadas para o desenvolvimento socioespacial rural. À medida que esses programas deixaram de existir, a associação para os agricultores, perdeu o seu “sentido”, ficando na incumbência de poucas pessoas da comunidade, principalmente as mulheres, da reinserção de novas atividades produtivas, ligadas às rendas não agrícolas (artesanato), as quais, por mais simples que sejam, e não possuam uma aparente organização/ administração, contribuem para a geração extra de renda às famílias, demonstrando a *pluriatividade* existente no meio rural como sendo alternativa viável para a manutenção do homem no campo.

Porém, salientamos novamente a participação de um grupo de produtores no PAA, utilizando-se da estrutura jurídica da associação, embora para esses agricultores essa não tenha uma grande relevância, a existência da associação possibilita um avanço na relação produtiva local, contribuindo para que se incluam novos meios de geração de renda nas pequenas propriedades familiares. Dessa forma, em um contexto mais específico de rearranjo das interações entre os indivíduos, destacamos também a saída do CEDEJOR, como sendo uma perda substancial para a comunidade, pois esta entidade poderia ajudar a promover entre os jovens uma educação com fundamentos voltados para o associativismo.

Assim, realocamos nossas ideias, partindo do ponto em que se teve a criação da associação como marco fundamental para a comunidade, pois como já relatado o primeiro utensílio adquirido pela associação foi uma máquina agrícola (esteira), a qual possibilitou o avanço das áreas agricultáveis (desconsiderando aqui os problemas ambientais relativos ao desmatamento) aumentando os índices de produtividade, contribuindo para o

desenvolvimento da referida localidade. Também salientamos a participação da associação no Programas de Governo, por mais que não se tenha dado continuidade em suas ações, contribui para benefícios importantes aos agricultores, de forma constatada nas entrevistas, seja ela direta ou indiretamente, como a facilitação nos processos burocráticos que envolvem tais programas.

Embora tenhamos perfilados alguns dados referentes a agricultura local e a associação rural de Guamirim, destacamos que esses são produtos das dinâmicas socioespaciais mas nem sempre representam o processo que é demarcado pelas instâncias temporais específicas e as vezes momentâneas. E mesmo tendo uma visão positiva, assim como, a literatura especializada com relação as organizações comunitárias, não se pode subestimar as estratégias dos sujeitos camponeses em que as vezes a inserção ou uma inserção por determinado período na associação fazem parte das estratégias do sujeito particular dotado de inteligência. Assim como as regras espaciais dos camponesinos são diferenciadas das regras de controle social do Estado. E quando a associação não viabiliza um programa permanente de ação endógena tende a ficar suscetível as interações externas.

Notas

* Os autores desse texto são amplamente gratos as sugestões atenciosas e afetuosas do Prof. Dr Sérgio Gonçalves (Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – Ituiutaba – MG).

1 – Ressaltamos que não traremos dados quantitativos com relação as entrevista, sejam eles, números de entrevistados, percentuais de respostas, entre outras demonstrações matemáticas. Pois, nossas entrevistas com os agricultores se deram de forma aberta e qualitativa em diversas oportunidades durante seis meses de trabalhos de campo, em que fazíamos observações sistemáticas e registros no diário de pesquisa. Sendo que as mesmas eram propositadamente realizadas em ambientes públicos desvinculados da associação, tais como armazéns, bares, etc. Com exceção, aos questionamentos realizados com o presidente da associação e membros de órgãos públicos em que realizamos entrevista com roteiros semi-estruturados e de forma individual.

2 - O sistema faxinal é um sistema de produção camponês tradicional, característico da Região Centro Sul do Estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Baseado pelo Decreto Estadual nº 3.446 de 1997, no parágrafo 1º, do art. 1º; esse sistema fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, á solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (SILVA, 2005).

3 – Maiores detalhes sobre os debates entorno da agricultura camponesa X agricultura familiar consultar: PAULINO, 2008; SANTOS, 2007; FELICÍO, 2006.

4 – Irati foi colonizada há 104 anos mediante o estabelecimento de colônias de povoamento das etnias polonesa, ucraniana, italiana e alemã.

5 - “O Paraná 12 Meses é um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano”. Disponível em: <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>. Acesso em: 05-09-2009.

6 - “Panela Cheia que financiava os agricultores em custeio e investimentos com equivalência em produto. Para os agricultores paranaenses, a nova moeda de financiamento de safras passou a ser o milho. O valor do financiamento era calculado no momento da tomada do empréstimo, pelo seu equivalente em sacas de milho e, no momento do resgate, o produtor fazia a opção de pagamento: em dinheiro ou produto, aquele que tivesse a menor correção.” Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=4185>. Acesso em: 02-11-2009.

7 - Por “Território Centro Sul” compreende-se o campo de abrangência do Conselho Gestor criado em 2005 no âmbito de promover o desenvolvimento rural. Constituído por 12 municípios, e congregando aproximadamente 32 mil agricultores familiares e camponeses.

8 - “A criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto - e em articulação com outras ações - eleva-se significativamente o padrão de vida do agricultor e de sua família e promovem-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural.” Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html. Acesso em: 02-11-2009.

Referências

BRASIL- **Ministério do Desenvolvimento Social** – MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 14/08/2009.

FELÍCIO, Munir Jorge. A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a partir dos Conceitos de Agricultor Familiar e de Camponês. In: **CAMPO TERRITÓRIO** - Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Ação Coletiva no Meio Rural: As Associações de Produtores na Região de Presidente Prudente/SP. In: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. Presidente Prudente: UNESP, 2005. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Rosangela%20A.p.%20M.%20Hespanhol_PT_FR.PDF. Acesso em: 10/10/ 2009

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Valores do Censo Agropecuário de 2006. Disponível in: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=411070>. Acesso em 10/08/2009.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Estimativa populacional de Irati (2007). Disponível in: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 10/08/2009.

LEONELLO, João Carlos, COSAC, Claudia Maria Daher. **O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloclaudi amariadahercosac.pdf> . Acesso em: 10 / 09 / 2009

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

ORREDA, José Maria. **Irati**. Irati: Edipar, 1972, vol. I.

PARANÁ. **Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná**, disponível In: <http://www.seab.pr.gov.br/> . Acesso em: 22-08-2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. In: **Revista Terr@Plural**. v.2 (1), p.199-211, jul./dez, 2008.

PMI – **Prefeitura Municipal de Irati**. Disponível em: <http://www.irati.pr.gov.br/municipio/economia.asp>. Acesso em: 02-11-2009.

Programa Panela Cheia. Disponível em <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=4185>. Acesso em: 05/09/2009.

Programa Paraná Doze Meses. Disponível em <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>. Acesso em: 05/09/2009.

SANTOS, Régis Ricci dos. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. In: **CAMPO-TERRITÓRIO** - revista de geografia agrária, v. 2, n. 3, p. 40-54, fev, 2007.

SETP - **Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP)**) disponível em <http://www.setp.pr.gov.br/setp/trabalho/>. Acesso em 14/08/2009

SILVA, Márcio da. **A contribuição das florestas de araucária para a sustentabilidade dos faxinais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005, 122 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. n.º.1,vol. 1, p. 05-22. jul-dez de 1996.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. n.º.3,ano II., p. 13-35. jul/dez de 1997.

Artigo recebido em 28/04/2010 e aceito para publicação em 29/07/2011.